

Rio de Janeiro

- 9 JUN 1987

O parecer do deputado Egidio Ferreira Lima, relator da Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, ainda sujeito a debates e alterações, fixou, até agora, dois pontos fundamentais: mandato de quatro anos para Sarney e de cinco para seus sucessores além de, em outro plano, o estabelecimento imediato de fórmula parlamentarista.

O problema do mandato de Sarney permanece em exame, crescendo a tendência de favorecer, em breve, a praia de Calhau com novo habitante. Quanto ao prazo de quatro anos, por ano e meio, do sucessor eventual de Tancredo, teria a vantagem, segundo alguns, de imprimir mais calma aos trabalhos constituintes e de facilitar o aceite de tal proposta por várias correntes. Além do mais, ele se compatibiliza com a tradição republicana dominante e com os compromissos públicos do próprio Sarney que anda preferindo se fazer de esquecido. Não dá muito para entender, entretanto, os motivos que o relator terá achado para diferenciar o mandato do atual presidente dos atribuídos aos chefes de Estado que vierem depois. Pelo esquema apresentado, enquanto um deixaria o governo a 15 de março de 1989, os dois seguintes governariam até o mesmo dia e mês de 1994 e 1999, penúltimo ano do século, quando ocorreria desnecessária coin-

cidência geral de mandatos. O prazo de quatro anos para todos, além de evitar isso, asseguraria a mesma linha de argumento, para solução de todos os casos.

Quanto ao parlamentarismo imediato, em benefício do próprio mecanismo do regime; exige possibilidade de dissolução do parlamento e convocação de eleições, em casos de impasse, além de extinção do Senado ou redução drástica de suas funções, dada a extensão dos mandatos de seus integrantes e o sistema majoritário que lhes preside as escolhas. Por sua vez, a verdadeira eleição indireta de um primeiro-ministro, à revelia do presidente da República, prevista em certos casos, surge como desnecessária e conflituosa inovação.

Também é de todo desnecessária a possibilidade de moções de censura a qualquer ministro, tomado isoladamente. A confiança ou desconfiança parlamentar devem ser ao Ministério, na pessoa do primeiro-ministro, que é o chefe do gabinete. Essa fórmula simples liquidaria, aliás, a falsa querela em torno da inaceitável excepcionalidade dos ocupantes de pastas militares.

Newton Rodrigues